

**A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA: OS
PRESSUPOSTOS LEGAIS E AS RECOMENDAÇÕES PEDAGÓGICAS**

***THE CONSTRUCTION OF THE INCLUSIVE CHILDHOOD EDUCATION: THE
LEGAL PRECONDITIONS AND THE PEDAGOGICAL RECOMMENDATIONS***

Mariana Tescute¹

Fabiana Vigo Azevedo Borges²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo compreender os princípios de uma Educação Infantil Inclusiva, caracterizar a pré-escola conforme a concepção inclusiva e apresentar diretrizes para o trabalho pedagógico inclusivo na pré-escola. Caracterizada como Educação básica onde é classificada de zero até cinco anos, como creche e educação infantil. O estudo do trabalho é de cunho bibliográfico embasado em uma pesquisa qualitativa. Nesse estudo visamos a Construção de uma Educação Infantil Inclusiva, objetivando-se que todos os alunos tenham direito de igualdade e equidade, sem qualquer tipo de exclusão perante a escola e a sociedade. O Estado tem papel fundamental para a permanência dos alunos com Necessidades Educativas Especiais nas redes regulares de ensino, ao acesso e garantia de condições adequadas para o desenvolvimento destes alunos, que contam com o apoio das salas de Atendimento Educacional Especializado, no entanto podemos perceber que mesmo as crianças sendo amparadas por esse tipo de atendimento nem todas as escolas recebem essa função. Ressaltando que as mesmas são asseguradas pela lei de Educação Especial desde a Educação Infantil, ou seja, Educação Básica. A Educação Especial se fortaleceu últimos tempos no cenário educacional brasileiro, pois foram criadas leis específicas para esses alunos. A Educação Infantil Inclusiva deve estar presente na rede regular de ensino, as escolas devem se preparar para recebê-los, visando um currículo eficaz e capaz de

¹ Mariana Tescute, Graduanda de Licenciatura em Pedagogia no Centro Universitário UNIFAFIBE em Bebedouro. E-mail: marianatescute12@gmail.com.

² Fabiana Vigo Azevedo Borges, Docente no Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIFAFIBE em Bebedouro. E-mail: fabianavigo@hotmail.com.

proporcionar aprendizagem de qualidade e convívio em sociedade que sejam significativas para estes alunos efetivando o acesso escolar para eles.

Palavras-chave: Educação Infantil Inclusiva; Ensino; Currículo Inclusivo.

ABSTRACT

This study speak on how the Construction of the Inclusive Childhood Education must be, with the objective that all the students have the right of equality and equity, without any kind of exclusion by the school or society. The state has fundamental power for the stay of the students with Special Educational Needs in the regular educational network, to the access and guarantee of appropriate conditions for the stay and development of these students, where they have class support that give Specialized Educational Service, emphasizing that they are sheltered by the law of Special Education that is assured since Early Childhood Education, in other words, Basic Education. The Special Education gained power recently in the brazilian educational scenary, because specific laws were created for these students. The study of this project is bibliographic and qualitative. The Inclusive Childhood Education must be presente in the regular educational network, the schools must prepare themselves to receive the students, aiming and effective curriculum able to promote qualities for learning and society interaction that are significant for these students.

KEYWORDS: *Inclusive Childhood Education; Educational; Inclusive Curriculum.*

Introdução

A Educação Inclusiva constitui um paradigma educacional que se ancora na concepção de direitos humanos em defesa da equidade como valor indispensável para a formação integral do ser humano, objetivando a superação de nossa história educacional marcada pela exclusão escolar e pela segregação, pois segundo Cury (2005, p. 16) “as políticas inclusivas trabalham com os conceitos de igualdade e de universalização, tendo em vista a redução da desigualdade social”.

A educação especial começou a ser discutida no Brasil a partir de 1970, que passou a preocupar governos que então criou-se instituições publicas e privas, orgãoes normativos federais e estaduais e de classes especiais (Rogalski, 2010,p.2)

Podemos analisar que quando se trata de educação inclusiva na década de 70 e 80 os alunos passavam por um momento chamado de Integração, onde eles tinham que ficar aptos para estarem na sociedade, procurando encontrar níveis adequados para o melhor desenvolvimento do aluno. (Mendes, 2006)

Segundo Mendes (2006) o termo “Inclusão” surge nos Estados Unidos, onde logo ganhou força mundial. E em uma conferência mundial UNESCO o Brasil prometeu uma reforma no sistema educacional brasileiro, obtendo-se qualidade de ensino para os alunos com necessidades especiais.

Constata-se, pois, que a Educação Inclusiva foi consolidada historicamente diante de diferentes legislações que procuravam promover uma reforma radical no sistema de ensino brasileiro, que previam mudanças curriculares, pedagógicas, formativas. (Cury, 2005)

Citamos inicialmente a Constituição Federal de 1988, que repensa a educação como um direito inegável de todos os alunos, sem qualquer tipo de discriminação. Em seu 6º artigo a educação é defendida como “direito social”, tal como a saúde, a alimentação, o trabalho, entre outros, sendo considerada “direito de todos e dever do Estado e da família” e promovida com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Sendo assim, para confirmar a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”, destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394 de 20/12/96), que também destaca o papel do Estado na promoção ao acesso e garantia de condições adequadas para permanência e desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, de preferência nas escolas públicas regulares. Segundo a referida Lei a educação especial constitui uma modalidade de educação escolar que deve transpassar todos os níveis e etapas de ensino, garantindo a presença de todos os alunos preferencialmente nas salas regulares com o apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE)³, que deve ser oferecido nas salas de recursos, como forma de complemento à sua escolarização regular. (BRASIL, 1996).

³“Conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (BRASIL, 2008, artigo 1º, inciso I).

Esses alunos que são incluídos na rede regular de ensino, considerado o público alvo da educação especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. (MEC, 2008)

Como reforço a esse cenário, em 2001 são publicadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituída pela Resolução CNE/CEB nº 2, embasada na Declaração de Salamanca (1990), que defende e caracteriza em detalhes as atividades de apoio pedagógico especializadas em complemento e apoio ao trabalho realizado nas salas regulares do Ensino Básico.

Em 2012, com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, reforça-se os direitos conquistados e ampliando-os, garantindo:

Transversalidade da Educação Especial desde a Educação Infantil até a educação superior;
Atendimento Educacional Especializado;
Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino;
Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
Participação da família e da comunidade;
Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários, equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2012).

Por fim, destacamos a Lei Brasileira de Inclusão, ou melhor, o Estatuto da Pessoa com Deficiência lei nº 13.146/ 2015, constituída especificamente para reforçar e garantir todos os direitos das pessoas com deficiência. De acordo com a lei defende-se que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, art. 27)

Então, consideramos que a Educação Inclusiva vem se fortalecendo no cenário educacional brasileiro, amparada em direitos conquistados e garantidos legalmente, realizados desde a primeira etapa da Educação Básica, ou seja, a Educação Infantil.

A partir desses preceitos legais consideramos essencial a realização de um estudo que entenda a concepção e os princípios da Educação Infantil Inclusiva, de modo a investigar os seguintes questionamentos:

- Como a Educação Infantil da creche a pré-escola deve se preparar para se tornar uma etapa inclusiva? Quais as características dessa etapa?

- O que o professor de Educação Infantil deve saber para se tornar um professor que atue verdadeiramente conforme os princípios da inclusão?

- Quais são os princípios da inclusão na Educação Infantil?

Para isso nos propomos a realizar um estudo bibliográfico, sustentado numa metodologia qualitativa que prevê o levantamento de dados em materiais produzidos e distribuídos pelo Ministério da Educação, bem como, em Pacheco (2007), Manton (1997), Glat (2007) que dispõem sobre o desenvolvimento de um ensino inclusivo desde a Educação Infantil.

Nosso trabalho apresenta os seguintes objetivos:

- Compreender os princípios de uma Educação Infantil Inclusiva.
- Caracterizar a pré-escola conforme a concepção de escola inclusiva;
- Apresentar diretrizes para o trabalho pedagógico inclusivo na pré-escola;

Para alcançá-los apresentaremos o estudo em diferentes seções, iniciando pela compreensão da concepção de Educação Inclusiva, seguido pela apresentação dos princípios de uma Educação Infantil Inclusiva, concluindo com as práticas pedagógicas na construção de um currículo inclusivo eficaz na Educação Infantil.

1- A Educação Inclusiva: compreendendo suas características.

Ao considerar o termo “Educação Inclusiva” observamos a defesa dos princípios de igualdade, equidade e justiça, já que se propõe um trabalho de formação e desenvolvimento de todos os alunos, sem nenhum tipo de discriminação ou preconceito, construindo um processo de ensino-aprendizagem que considere e respeita as características e necessidades de todos os envolvidos.

Neste sentido, consideramos que a inclusão está fundada na dimensão humana e sociocultural que enfatiza formas de interação positivas, possibilidades,

apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas, tendo como ponto de o olhar atento às necessidades individuais dos alunos.

Segundo Pacheco (2007, p.27), a Educação Inclusiva:

É um processo em que se amplia à participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática que percebe o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. (2007, pág. 27)

Conforme defende o autor (Pacheco, 2007) a Educação Inclusiva se ancora numa abordagem que considera o ser humano de forma integral, suas peculiaridades e suas necessidades, estimulando sua formação nos aspectos cognitivos, sócio emocionais, éticos e estéticos, promovendo o desenvolvimento humano global, a partir de um processo educativo que aconteça de modo respeitoso em todo o ensino regular, iniciado na Educação Infantil. Neste processo é indiscutível a importância da escola na formação de consciências e no preparo do indivíduo, seja ele deficiente ou não, visando o exercício pleno da cidadania em nossa sociedade.

Nesse sentido, considerar as características da Educação Inclusiva significa se atentar para todos os alunos, pois conforme apresenta Carvalho (2009) a inclusão educacional não é somente um processo que envolve alunos com deficiência, mas também suas famílias, seus professoras, suas comunidades, e todas as crianças presentes no processo educativo.

Diante ao exposto, concordamos com Glat (2007, p. 16) que afirma que:

A Educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. (2007, p. 16)

Em outras palavras, uma proposta educativa pautada nos princípios da inclusão, acredita que todos tem o direito de estarem na escola, de se tornarem seres críticos, e se desenvolverem de forma ampla, vivenciando sua cidadania, por meio de experiências planejadas por professores conscientes de seu papel e dos objetivos de aprendizagem de cada etapa escolar.

Complementando essa ideia encontramos (César, 2003) que defende que a:

Escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social (CÉSAR, 2003, p. 119).

Consideramos que a Educação Inclusiva deve ser um dos princípios incluídos no projeto educativo de cada instituição escolar, ou seja, no Projeto Político Pedagógico, indicando a construção de ações que objetivem o trabalho efetivo em torno da inclusão de todos os alunos, considerando toda a formação integral, atentando ao objetivo do exercício da cidadania, considerando os diferentes ritmos de aprendizagem e as características singularidades de nossas crianças.

Neste sentido, é essencial que as instituições fiquem atentas aos princípios da Educação Inclusiva, apresentado inicialmente na declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), considerado o marco do movimento da inclusão. São eles: aceitação das diferenças; acessibilidade; currículo multicultural e crítico; pedagogia diferenciada; avaliação formativa; formação docente crítico-reflexiva; gestão participativa; interação escola com a família; e serviço de apoio pedagógico especializado.

Acreditamos que é fundamental um trabalho docente que estimule todas as crianças a aprenderem juntas, “sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem.” (Brasil, 1994, p.11), consolidando uma escola que deve:

Reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. (BRASIL, 1994, p. 11-12).

Observando a realidade educacional brasileira, podemos dizer que a escola inclusiva pressupõe uma mudança na ação educativa, que como vimos já está amparada por leis educacionais que estabelecem diferenciados níveis de ação, no que se refere à sua natureza: política, administrativa e técnica, e que “deve ser paulatinamente conquistada” (CARVALHO, 2009, p.67).

Portanto, é importante compreender como a etapa da Educação Infantil se configura na perspectiva inclusiva.

2- A Educação Infantil na perspectiva inclusiva

Inicialmente consideramos importante apresentar a Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica, que legalmente possui como finalidade o desenvolvimento integral de todas as crianças, do nascimento aos cinco anos (BRASIL, 1996), inclusive as com necessidades educacionais especiais, promovendo-as seus aspectos físico, psicológico, social, intelectual e cultural, ou seja, desenvolvendo uma Educação Integral.

O conceito de Educação Infantil como direito social às crianças pequenas é recente e supera o caráter histórico e reducionista do assistencialismo voltado para a prevenção da carência ambiental, que constitui-se esta etapa até a década de 90.(Oliveira, 2005).

Segundo estudos de Oliveira (2005) o desenvolvimento das instituições de atendimento à criança pequena de zero até os cinco anos de idade esteve atrelado ao desenvolvimento da vida urbana e industrial e ao agravamento das condições de vida de um contingente de pessoas, dentre elas mulheres e crianças, com a preocupação assistencialista. Porém, essa concepção assistencialista foi superada com a adoção na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e com novas publicações e legislações na área, tais como Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) que instituíram um avanço conceitual, compreendendo a dimensão pedagógica e importância de estímulos educativos às crianças pequenas.

Oliveira (2005) ressalta, neste novo conceito de Educação Infantil, a indissociabilidade do educar e do cuidar, destacando aspectos fundamentais para a construção das propostas pedagógicas das instituições de educação infantil, no que se refere aos aspectos estéticos, éticos e críticos:

A elaboração de uma proposta pedagógica para aquelas instituições requer valorizar, nas crianças, a construção da identidade pessoal e de sociabilidade, o que envolve o aprendizado de direitos e deveres. Na educação infantil, hoje, busca-se ampliar certos requisitos necessários para adequada inserção da criança no mundo atual: sensibilidade (estética e interpessoal), solidariedade (intelectual e comportamental) e senso crítico (autonomia, pensamento divergente). (Oliveira, 2005, p.49)

Compreendido o caráter atual da Educação Infantil é necessário realizar um levantamento bibliográfico que considere a Educação Infantil na perspectiva inclusiva. Sobre esse aspecto destacamos o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 2001). No seu documento introdutório encontramos a ênfase na construção de uma Educação Infantil que atenda a diversidade, respeitando as singularidades de cada um, desde o início da escolarização.

Considerando as orientações gerais para Creches e Pré-Escolas, o referido documento recomenda que, para atender as crianças com necessidades educacionais especiais, é preciso:

- disponibilizar recursos humanos capacitados em Educação Especial/ Educação Infantil para dar suporte e apoio ao docente das creches e pré-escolas ou centros de educação infantil, assim como possibilitar sua capacitação e educação continuada por intermédio da oferta de cursos ou estágios em instituições comprometidas com o movimento da inclusão;
- realizar o levantamento dos serviços e recursos comunitários e institucionais, como maternidades, postos de saúde, hospitais, escolas e unidades de atendimento às crianças com NEE, entre outras, para que possam constituir-se em recursos de apoio, cooperação e suporte;
- garantir a participação da direção, dos professores, dos pais e das instituições especializadas na elaboração do projeto pedagógico que contemple a inclusão;
- promover a sensibilização da comunidade escolar, no que diz respeito à inclusão de crianças com NEE;
- promover encontros de professores e outros profissionais com o objetivo de refletir, analisar e solucionar possíveis dificuldades no processo de inclusão;
- solicitar suporte técnico ao órgão responsável pela Educação Especial no estado, no Distrito Federal ou no município, como também ao MEC/SEESP;
- adaptar o espaço físico interno e externo para atender crianças com NEE, conforme normas de acessibilidade. (BRASIL, 2001, p. 24-26)

De acordo com o texto citado acima podemos perceber que os fatores que cercam a criança são de fundamental importância para um desenvolvimento amplo e de qualidade para as mesmas.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 2001), alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino parte do pressuposto da própria natureza da escola comum, segundo a qual todos os meninos e meninas de uma comunidade

têm o direito de estudar juntos na mesma escola. Partimos então da ideia que todos sem exceção têm o direito de estar na escola, participando ativamente de todas as atividades curriculares proposta pelas instituições de ensino. O documento apresenta ainda concepções pertinente tais como:

- ✓ Adequação: elaboração do currículo conforme a avaliação dos interesses, habilidades e necessidades das crianças;
- ✓ Coerência: a organização interna é consistente com uma ordenação didática que facilita a compreensão do seu conteúdo curricular e sua relação com os componentes que a integram;
- ✓ Flexibilidade: o conteúdo curricular tem estrutura aberta, que permite a introdução de novos elementos e a modificação dos existentes;
- ✓ Multiplicidade: os referenciais devem gerar diferentes propostas pedagógicas atendendo as demandas e peculiaridades de cada região;
- ✓ Abrangência: destina ao atendimento educacional de toda criança independente da condição de seu desenvolvimento. (Brasil, 2001, p.24)

Mediante ao que foi citado, podemos perceber que o currículo deve se considerar as necessidades do aluno, o mesmo deve ser flexível e coerente. Um currículo inclusivo deve atender a todos os alunos, permitindo que o professor trabalhe com adequações e consiga inserir todos os alunos, aqueles com necessidades educacionais especiais e aqueles que possuem outras necessidades, promovendo assim uma educação de qualidade e inclusiva.

No entanto, consideramos relevante apontarmos as recomendações pedagógicas em torno do trabalho docente na Educação Infantil para a construção de um currículo inclusivo. Dessa forma organizamos a próxima seção para destacar possíveis contribuições desse trabalho.

3- Práticas pedagógicas na construção de um currículo inclusivo efetivo na Educação Infantil

Ao falarmos em recomendação para a prática pedagógica na Educação Infantil, em uma perspectiva inclusiva, destacamos a necessidade de o professor responsável ser sensível e acreditar na potencialidade dos alunos e na capacidade de aprender de cada um deles. Dessa forma, concordamos com Minetto (2008), que destaca que para que isso seja possível:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo às

coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (MINETTO, 2008, p. 101)

É necessário reforçar que, “o currículo e os objetivos gerais são os mesmos para alunos com necessidades educacionais especiais, não requerendo um currículo especial, mas sim ajustes e modificações que promovam a aprendizagem” (BRASIL, 2006, p. 17). As modificações realizadas no currículo são necessárias, para a inclusão de todos os alunos, facilitando a aprendizagem de todos os que fazem parte do processo e ajudar a maneira de como o professor irá desenvolver suas atividades pedagógicas educacionais, principalmente se considerarmos o contexto da Educação Infantil, que representa as primeiras experiências fora do ambiente escolar, pois segundo Mendes (2010),

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização, etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança. (MENDES, 2010, p. 47-48)

Pelo excerto podemos entender a importância do estímulo nesta faixa etária, principalmente se a criança já foi diagnosticada com alguma necessidade especial, pois o estímulo precoce pode representar avanços no desenvolvimento.

Ou seja, encontramos a recomendação na atual Política de Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) de que a inclusão tenha início na Educação Infantil, pois “do nascimento aos 3 anos, o atendimento se expressa por meio de serviços de **intervenção precoce** que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem” (BRASIL, 2008, p.24, grifos nossos)

O acesso à educação tem início na Educação Infantil, na qual se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. (Brasil, 2007, p.12)

O professor da Educação Infantil tem que ser um profissional atento aos alunos e que realize uma prática coerente com os direitos de aprendizagem, construindo uma prática docente que inove a metodologia em sala de aula.

A sala de aula inclusiva propõe um novo arranjo pedagógico: diferentes dinâmicas e estratégias de ensino para todos, e complementação, adaptação e suplementação curricular quando necessários. A escola, a sala de aula e as estratégias de ensino é que devem ser modificadas para que o aluno possa se desenvolver e aprender. (BRASIL, 2006, p.18)

Em suma, é importante destacar que os alunos com Necessidades Educativas Especiais precisam de experiências diversificadas, que atendam suas necessidades a partir de práticas pedagógicas modificadas e contextualizadas, construída não apenas com instrumentos pedagógicos, mas também com a interpretação e modificação dos espaços e dos tempos pedagógicos.

É correto afirmar que o espaço escolar é um fator que também influencia no processo de aprendizagem das crianças, pois a disposição da sala, a luminosidade, a mobília, os acessos a jogos e brinquedos possui significados e devem estar adequados ao processo de aprendizagem inclusivo. Concordamos que o espaço adequado atribui melhorias para a escola toda.

Sendo assim, é importante que os professores desenvolvam práticas pedagógicas diferenciadas, usando de didáticas e de intervenções coerentes com o contexto, pautadas na adaptação e na boa comunicação, objetivando:

Orientar e mediar o ensino para a aprendizagem dos alunos; responsabilizar-se pelo sucesso da aprendizagem dos alunos; assumir e saber lidar com a diversidade existente entre os alunos; incentivar atividades de enriquecimento curricular; elaborar e executar projetos para desenvolver conteúdos curriculares; utilizar novas metodologias, estratégias e material de apoio; desenvolver hábitos de colaboração e trabalho em equipe (Brasil, 2000, p. 5).

O Professor por sua vez tem o papel de auxiliar as crianças em atividades lúdicas, contar histórias ajudá-los em atividades corriqueiras dos dia-a-dia, que são de suma importância para o desenvolvimento de habilidades. Essas atividades criam nos alunos uma melhor maneira de resolver problemas, criando afeto entre professor e aluno.

Porém, o professor da sala regular não está sozinho neste processo, pois ele possui o apoio e a orientação do professor responsável pela Sala de Recursos Multifuncional e pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O professor da sala regular se encontra em conflito muitas vezes, pois ele recebe o aluno com deficiência e muitas vezes ele sozinho tem que desenvolver atividades pedagógicas sozinho, buscando ainda encontrar algo que faça sentido ao aluno de maneira coerente ao que o outro sem deficiência está aprendendo naquele momento. Mas não podemos deixar de falar do professor que tem a Sala de Recursos Multifuncional e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), disponível facilitando o andamento educacional do aluno especial de forma que seja de qualidade.

Conforme orientação legal, as crianças com Necessidades Educacionais Especiais devem ser receber Atendimento Educacional Especializado no período contrário à sala regular, contando com professores capacitados para o estímulo e a construção de materiais e ações inclusivas. Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), o Atendimento Educacional Especializado tem a função de ajudar as escolas de ensino regular, subsidiando materiais e orientações conforme as características de cada aluno atendido.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2007, p. 16).

Portando, ambos os professores precisam trabalhar em colaboração para construir a inclusão e beneficiar todos os alunos nesta etapa de ensino que é repleta de vivências e de experiências que são fundamentais para as aprendizagens nas etapas posteriores.

Em suma, podemos concluir que a Educação Infantil Inclusiva é essencial para o desenvolvimento pleno dos alunos, por isso é relevante a construção de práticas pedagógicas embasadas por um currículo flexível e que considere as necessidades e dificuldades dos alunos. Os professores são profissionais fundamentais para a efetivação desse processo, pois devem facilitar e proporcionar

o acesso a materiais lúdicos, atividades que estimulem o interesse nos alunos, facilitando a aprendizagem de todos aqueles que se encontram no ambiente escolar.

Considerações Finais

O presente trabalho refletiu a construção de uma Educação Infantil Inclusiva, onde foram compreendidos os princípios de uma educação infantil inclusiva, caracterizamos a pré-escola conforme as concepções inclusivas e apresentamos diretrizes para um trabalho pedagógico inclusivo. A partir dos pressupostos legais e as recomendações pedagógicas para que o aluno com Necessidades Educacionais possas seja bem recebido, estimulado e aceito neste espaço educativo.

No desenvolvimento do trabalho destacamos a importância dos direcionamentos legais estabelecidos a partir da Lei Brasileira de Inclusão e da Política Nacional de Inclusão que prevê os direitos à educação regular e ao Atendimento Educacional Especializado que deve ser realizado em parceria com as salas de ensino regular, no período inverso.

Defendemos que quando o processo de inclusão é iniciado na Educação Infantil as possibilidades de desenvolvimento das crianças se tornam mais plenas e profundas, já que os estímulos precoces permitem avanços e aprendizagens significativos. Os benefícios da Inclusão desde a Educação Infantil também se encontram nas aprendizagens de todas as outras crianças, que convivendo com a diversidade passam a aceitar as diferenças como natural.

Apresentamos que a construção de um currículo inclusivo depende de ações específicas e de cuidados com o espaço institucional, com os materiais e com a adaptação de conteúdos, bem como, de planejamento de intervenções direcionadas e de situações de ensino que promovam a aprendizagem dos alunos.

Diante desse currículo inclusivo, o professor de Educação Infantil possui papel fundamental, pois ele é o profissional responsável na efetivação desse currículo, construindo uma prática pedagógica organizada de forma a atender as necessidades contextuais dos alunos, planejando modificações e reorganizações caso for preciso. Nesse processo de construção de um currículo e de uma prática pedagógica inclusiva se faz necessário a parceria entre os professores das salas regulares e os professores especializados, que devem trabalhar em conjunto considerando as características da criança.

Enfim, a construção de uma Educação Infantil Inclusiva, depende de profissionais comprometidos com o pleno desenvolvimento de todas as crianças e de ações conjuntas visando a aprendizagem de todos os alunos, repensando os métodos utilizados para tornar os conteúdos significativos.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** 10. ed. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192> Acesso em: 27 out. 2018.

Bruno, Marilda Moraes Garcia **Educação infantil : saberes e práticas da inclusão** : introdução. [4. ed.] / elaboração Marilda Moraes Garcia Bruno. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CÉSAR, M. **A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos.** In: RODRIGUES, D. Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003. p. 117-149.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior.** Brasília, maio 2000.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

DUTRA, Cláudia Pereira. **A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf> Matéria de capa; acesso em: 17 julho 2018.

GLAT, Rosana (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2007. (Questões Atuais em Educação Especial).

_____.Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União. Brasília. 23 dez. 1996. p. 27.833-27.841.

_____.Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 27 out. 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). 1997. **A integração de pessoas com deficiência.** São Paulo: Memnon. SENAC

MANZINI, Eduardo. **Integração de alunos com deficiências: perspectivas e prática pedagógica.** Marília: Unesp. FFC, 1999.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

_____.Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____.Ministério da Educação. **Proposta de Diretrizes para Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior.** Brasília: MEC/SEESP,2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: MEC/SEESP/SEF, 2001.

PACHECO, J. et al. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

Mendes, Gonçalves Enicéia. **A Radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Universidade Federal de São Carlos Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Revista Brasileira de Educação v.11 n.33 set/dez. 2006.

_____. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. 2007>. Acesso em: 21 jul. 2018.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento estratégico: conceitos metodologia e práticas**. 22.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. (Org.) **Pensando e fazendo educação de qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001.

_____. (Org) **Linguagem, cognição e ensino do aluno com deficiência**. Marília: Unesp, 2001.

Rogalski, Menim Solange. **Histórico do Surgimento da Educação Especial.** Revista de Educação do IDEU. <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/168_1.pdf, 2010 >. Acesso em: 08, dez, 2018.

Secretaria de Educação Especial. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159>> acesso em: 07, Dez. 2018.